

OS EUA E O BLOCO HISTÓRICO AMERICANISTA: HEGEMONIA, CRISE E ESTRATÉGIAS DE RECOMPOSIÇÃO*

Cristiano Lima Ferraz**

RESUMO

O bloco histórico liderado pelos EUA a partir da II Guerra Mundial propiciou um grande impulso à acumulação capitalista até o começo da década de 1970, quando se abre um novo ciclo de crise, abalando a hegemonia do americanismo. Desde então, verifica-se uma mudança nas estratégias da organização social da produção, com transformações importantes na política, na cultura, na sociabilidade, bem como na correlação de forças no sistema interestatal. Sobretudo nos anos 80 e 90, observa-se os EUA implementando novas formas de reafirmação da sua hegemonia na esfera mundial, destacando-se o recurso à guerra e à financeirização.

PALAVRAS-CHAVE: *Bloco Histórico. Capitalismo. Imperialismo Norte-americano.*

Nas últimas décadas, emergiu uma grande quantidade de trabalhos sobre as transformações no capitalismo contemporâneo. Proliferaram, por exemplo, estudos sobre a chamada reestruturação produtiva, as novas

* Este artigo se baseia em uma das seções da minha dissertação de mestrado intitulada “Metamorfose do Industrialismo no Estado da Bahia: Estado, produção e formação humana”, defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense em 2002.

** Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestre em Educação pela UFF e doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp. E-mail: clf-ferraz@uol.com.br.

tecnologias, a reforma do Estado, sobre mudanças evidentes nas práticas culturais, no mundo do trabalho e na própria sociabilidade. Por conta do processo de especialização consagrado no campo das Ciências Humanas, manifestou-se uma certa tendência à análise de cada uma dessas dimensões, focalizando separadamente aspectos econômicos, políticos, sociológicos e antropológicos das mudanças em curso. A proposta do presente artigo é esboçar uma linha de interpretação distinta, segundo o conceito de bloco histórico tomado de Gramsci (1989, p. 262-263; 1988, p. 73-75 e 145-153).

Nosso argumento é que os tipos de transformações sociais supracitadas indicam uma mudança no bloco histórico que predominou no Ocidente a partir da segunda metade do século XX e que, estabilizando o capitalismo no II Pós-Guerra, constituiu uma tessitura política, econômica e cultural de longo prazo – um bloco histórico no sentido gramsciano. Trata-se, portanto, de um processo de interpenetração contraditória entre as chamadas “estruturas” e “superestruturas”, cuja solidificação se deu no âmbito da cultura e da ideologia pela ação dos mais diversos agentes (instituições, organizações, indivíduos, partidos políticos, etc), inaugurando mudanças importantes na sociabilidade que predominava até então. Em termos mais concretos, nos referimos ao bloco histórico liderado pelos EUA, ao longo do século passado, cuja hegemonia político-militar, cultural e econômica no Ocidente capitalista após 1945, inaugurou um modo de vida, cuja tendência de predomínio no Ocidente Gramsci (1988, p. 375-413) já havia identificado, desde os anos 30, sob a designação de “americanismo”, esboçando os traços do “novo homem” que aquela metamorfose no bloco histórico e sua sociabilidade construíam.

O ritmo das transformações no bloco histórico americanista não vem ocorrendo de maneira linear: é possível identificar particularidades e singularidades na forma como essas mudanças se manifestam nas diversas formações sociais contemporâneas. Enquanto nos países do núcleo orgânico do capitalismo mundial tais mudanças se anunciavam claramente já por volta dos anos 70 – sobretudo após o “Maio de 68” –, nos países periféricos e semiperiféricos do sistema interestatal – como os da América Latina –, elas se fizeram sentir mais tarde, no decorrer dos anos 80 e 90. Embora o fenômeno de metamorfose do bloco histórico americanista tenda a ocorrer de forma totalizante, é possível distinguir aspectos diferenciados em seu ritmo e expressões. Na política, temos, por exemplo, o desmonte das estruturas estatais

influenciadas pelo que se convencionou chamar de “Estado-providência”, processo cuja velocidade vem variando de país para país, dependendo da correlação de forças em cada Estado.

No bojo desta tendência de desestruturação, surgem novas formas de organização da produção de mercadorias. Originárias de uma matriz sociotécnica oriental – o chamado “modelo japonês” ou toyotismo (HIRATA, 1993) –, essas novas estratégias de produção colocaram em cheque o fordismo (WOMACK et al, 1992), base técnico-organizacional do industrialismo americanista, dando início a uma ampla reestruturação produtiva que, por seu turno, vem contribuindo para redefinições no mercado de trabalho, seja no âmbito da relação salarial, seja na dimensão dos direitos. Enquanto nos EUA, por exemplo, tal reestruturação já se evidenciava nos anos 70, no Brasil ela só se manifesta mais efetivamente nos anos 90.

No plano cultural, temos ainda a emergência do pós-modernismo. No âmbito das relações de produção, mas não somente, esse fenômeno vem contribuindo para instituir um universo simbólico saturado pelo risco, pela competitividade, efemeridade e flexibilidade, mais conveniente às novas exigências do capital em relação ao mundo do trabalho. Todos esses aspectos se mesclam na constituição de um novo bloco histórico capitalista a partir dos anos 70 e, com mais força, nos anos 80 e 90 do século XX.

A despeito das afirmações do enfraquecimento dos Estados Nacionais frente ao capital mundializado, ou da existência de um “império sem centro” (NEGRI; HARDT, 2001), o que vimos foi exatamente o contrário: os rumos das políticas nacional e internacional ainda se vinculam à posição e à força de determinados países no sistema interestatal. Prova disso são os acontecimentos mais marcantes do final do século XX, como a Guerra do Golfo (1991), bem como aqueles que vêm nos impressionando fortemente na aurora do século XXI, a exemplo da invasão do Afeganistão e, mais recentemente, do Iraque pelos EUA. É possível afirmar que um ponto comum unifica tais conflitos: a necessidade de os EUA reafirmarem a sua supremacia em âmbito mundial ou, em outros termos, sustentarem a hegemonia do americanismo como bloco histórico em uma nova fase do capitalismo. Vale lembrar que, nesse cenário, se verifica também a tendência de “racha” no bloco imperialista, com o fortalecimento da União Européia, que não vem apoiando as atuais iniciativas militares unilaterais dos EUA no Iraque.

Posto isso, acreditamos que, do ponto de vista metodológico, para um exame mais satisfatório sobre o caráter das mudanças em curso, é necessário nos atermos às linhas de força do fenômeno. Isso nos remete à metáfora braudeliana segundo a qual uma melhor análise dos eventos atuais nos impele a um mergulho nas forças mais profundas que geram as agitações na superfície desse mar tempestuoso que é a história do tempo presente. Será esse, um pouco, o caráter de nosso exercício nas seções que se seguem.

O AMERICANISMO EM RETROSPECTO

Desde o século XIX que, nos EUA, novas formas de organização social da produção vinham se mostrando mais eficientes para a reprodução ampliada do capital. Naquele momento, embora de forma ainda embrionária, o novo surgia do velho. As condições de crise sistêmica do capitalismo concorrencial constituiriam a seara por onde um capitalismo de matriz norte-americana se afirmaria como alternativa, enraizando-se mundo afora nas décadas seguintes (ARRIGHI, 1996; ARRIGHI; SILVER, 2001). Mas, para que o novo “sepultasse” o velho, sob o qual há algum tempo se nutria, seria necessária ainda a consolidação de sua trama constitutiva em solo norte-americano – o que, do ponto de vista organizacional, já vinha ocorrendo de forma acelerada no final do século XIX e, tecnologicamente, no início do século XX – e o seu salto para outras fronteiras.

Ganhava força em território norte-americano o capitalismo monopolista, que tenderia a se expandir posteriormente pelo mundo, inclusive por conta da própria dinâmica interna do capital em sua incessante necessidade de se auto-expandir. Podemos falar na germinação, naquele momento, de um novo bloco histórico na medida em que a hegemonia mundial se deslocaria paulatinamente do Velho Mundo para as “terras novas” da América. No campo da produção material, os princípios de administração e rotinização do trabalho praticados por Taylor na fábrica da Midvale Steel Company (EUA), onde, em 1881, iniciara-se o estudo sobre os tempos de trabalho, revolucionavam a produtividade industrial já em finais do século XIX (TAYLOR, 1966). Somar-se-iam a esse fenômeno as inovações introduzidas por Henri Ford em sua fábrica de automóveis em Highland Park (Grande Detroit), em 1913. Dentre elas, destacavam-se a linha de montagem com esteira, o uso de

máquinas ferramentas, a burocratização e centralização das estratégias de ação da empresa capitalista. Essas inovações que seriam conhecidas mundialmente como taylorismo-fordismo, representaram a base tecnológica e organizacional da produção do industrialismo americanista e contribuíram para a padronização e simplificação na fabricação das mercadorias e para o barateamento e ampliação do seu consumo. Inauguravam-se a produção e o consumo em massa, o que se diferenciava dos padrões do bloco histórico liderado pela Inglaterra, ainda sob o capitalismo concorrencial.

No entanto, apesar da tendência manifesta de se tornarem hegemônicos, os novos princípios organizacionais e tecnológicos no campo da produção material encontravam obstáculos à sua consolidação. Segundo Harvey, havia duas barreiras para a disseminação do taylorismo-fordismo no entre-guerras. A primeira seria o fato de que

o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas jornadas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo [por causa disso a rotatividade no trabalho era bastante elevada]. A segunda barreira importante a ser enfrentada estava nos modos e mecanismos de intervenção estatal. Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista (HARVEY, 1992, p. 123-124).

Não havia ainda consenso sobre as possíveis formas de sociabilizar o que começava a brotar na base da produção social, até porque, no início do século XX, havia um limite histórico à hegemonia do fordismo: o capitalismo concorrencial ainda mostrava algum fôlego, apesar de a I Guerra Mundial ter apontado seus limites de forma dramática. Seriam necessários mais alguns abalos no capitalismo para que se operasse a grande transformação que consolidaria a hegemonia dos EUA, bem como a constituição de um novo bloco histórico no século XX. Isso se deu em espaço temporal relativamente curto (1914-1945), quando se pensa nas profundas transformações que tal constituição engendrou.

Os abalos não tardaram. A Revolução Russa e as duas Guerras Mundiais – e a Grande Depressão econômica entre elas – criariam as condições objetivas para a predominância mundial do americanismo.

A crise sinalizadora¹ do padrão de acumulação concorrencial, nas últimas décadas do século XIX (que também gerou a fase de *belle époque* do ciclo inglês), suscitou o acirramento da disputa interestatal que culminou em um conflito de grandes proporções, compreendido entre 1914 e 1945 e iniciado com a I Guerra Mundial, selando o destino da Inglaterra como potência hegemônica decadente, sobretudo após a II Grande Guerra.² O conflito mundial modificou a plástica político-econômica do globo. De suas cinzas emergia não só o capitalismo de matriz norte-americana, mas também o “socialismo” russo, duas forças que, em certa medida, contribuem para explicar a conformação do século XX (HOBBSAWM, 1995). Somou-se à devastação gerada pela I Guerra Mundial a Grande Depressão que se seguiu, confirmando a situação de caos sistêmico.

Tudo isso fez com que, no decorrer dos anos 30, os governos do Ocidente passassem a buscar novas bases para a estruturação do sistema, sobretudo por conta da crise estrutural que eclodira em 1929. Vale realçar que aquele cenário contribuiu para o fortalecimento de movimentos radicais como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha, cooperando também para robustecer a posição soviética na geopolítica mundial no pós-II Guerra, pois, como a Rússia não se mostrava abatida pela Grande Depressão, mais do que nunca se oferecia como alternativa viável a um capitalismo mundial abalado, se revelando uma ameaça real ao sistema de “livre empresa”. As economias capitalistas arruinadas (algumas, além de arruinadas, encontravam-se em situação de “atraso”, segundo a lógica do novo padrão de acumulação que emergia)

¹ Uma crise sinalizadora corresponde ao início de cada expansão financeira do capital; representa a crise do regime de acumulação dominante. “É nesse momento que o agente principal dos processos sistêmicos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes, para a intermediação e a especulação financeiras. Essa passagem é a expressão de uma ‘crise’, no sentido de que marca um ‘ponto decisivo’ um ‘momento crucial de decisão’. Através dessa mudança, o principal agente dos processos sistêmicos de acumulação de capital revela uma avaliação negativa da possibilidade de continuar a lucrar com o reinvestimento do capital excedente na expansão material da economia mundial, bem como uma avaliação positiva da possibilidade de prolongar sua liderança/dominação, no tempo e no espaço, através de uma especialização maior nas altas finanças. Essa crise é o ‘sinal’ de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto, a passagem para as altas finanças previne temporariamente. Na verdade, a passagem pode fazer mais do que isso: pode transformar o fim da expansão material num ‘momento maravilhoso’ de renovação da riqueza e do poder para seus promotores e organizadores, como ocorreu, em diferentes graus e de diferentes maneiras, em todos os quatro ciclos sistêmicos [o genovês, o holandês, o inglês e o americano] de acumulação” (ARRIGHI, 1996, p. 219-220).

² Concordamos com Hobsbawm quando, na perspectiva histórica, este autor define o período em que se inserem as duas guerras mundiais como um mesmo bloco de conflitos encadeados que durou 31 anos, uma vez que, apesar das diferenças entre uma guerra e outra, as suas raízes, e as revoluções mundiais que as seguiram, fizeram parte de um mesmo processo que redefiniu a paisagem política e social do globo (HOBBSAWM, 1995, p. 55-60).

ostentavam desemprego em massa, insatisfação social e queda nos níveis de renda a índices funestos. Tudo levava a crer que o gérmen da destruição do sistema se não estava maduro, encontrava-se próximo disso. A situação era preocupante. Segundo Hobsbawm (1995, p. 97),

no pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego. E o que é igualmente relevante, mesmo a recuperação após 1933 não reduziu o desemprego médio na década de 30 abaixo de 16% a 17% na Grã-Bretanha e Suécia ou 20% no resto da Escandinávia.

A cúpula do capitalismo mundial centrada em Washington tinha claro que o sistema precisava de reformas. Urgia também conter a inclinação para a esquerda, que se desenhara no cenário político dos países europeus, onde o comunismo ganhara terreno com os movimentos de resistência no decorrer da II Guerra Mundial. Uma das estratégias adotadas foi, a partir do fim da guerra, estabilizar as economias e modernizá-las para torná-las viáveis, sob pena de perder influência política e econômica para o bloco soviético. Enfim, as reformas deveriam reconstruir o “mundo” (particularmente o Norte do Ocidente e o Japão) à imagem e semelhança do modelo americano, tanto do ponto de vista da hegemonia político-cultural, como do ponto de vista do consumo e produção – para isso, tanto o cinema americano quanto a ideologia do *American way of life* desempenharam um papel importante.

O liberalismo econômico do período entre-guerras não era mais a melhor alternativa, argumento reforçado pelos anos da Grande Depressão. A situação exigia um Estado mais presente planejando a economia, o que, em tese, poderia evitar as crises de superprodução. Além disso, a reestruturação das economias arruinadas pela guerra e a retração dos níveis de emprego demandavam esse tipo de ação governamental. O Plano Marshal e o *New Deal* – menos de Roosevelt e mais de Truman – exerceriam muito bem esse papel. Após a II Guerra Mundial, particularmente no Ocidente rico, a perspectiva de um Estado social-democrata com políticas macroeconômicas keynesianas correspondia a esses objetivos, o que contrariava a ortodoxia econômica.³ O keynesianismo se revelava uma tendência, quando não uma

³ Cabe destacar que tal perspectiva de social-democracia, com base no keynesianismo, não mais correspondia às visões reformistas de gradual condução ao socialismo que predominaram até o início dos anos 30, mas sim a uma perspectiva de compromisso com a reprodução ampliada do capital (PRZEWORVSKI, 1989, p. 54-55).

alternativa concreta. Os anos de crescimento econômico que se seguiram a 1945 denunciavam essa nova reestruturação do capitalismo. A chamada “economia mista” – ou seja, com adaptações soviéticas no planejamento econômico, somadas ao governo “forte” dentro do modelo capitalista – aliada à revolução organizacional (mais antiga: já vinha ocorrendo no final do século XIX) e tecnológica, empreendida por Ford na produção nas primeiras décadas do século XX, alcançava sucessos e estabilizava o sistema, a despeito das críticas da ortodoxia.

Partindo inicialmente do cenário estadunidense, a consolidação da nova revolução organizacional do capitalismo se fez acompanhar não só pelo aprofundamento de inovações tecnológicas no chão-da-fábrica, na organização do trabalho e na redefinição das relações entre Estado e empresas, como também pela caracterização de uma sociabilidade estreitamente vinculada às novas formas sociais de produção da existência.

Uma característica daquele novo bloco histórico era o grau elevado de ciência incorporada no cotidiano. A ciência, tornada socialmente produtiva, adentrava os lares e os espaços coletivos de forma sem precedentes. A modificação na organização social da produção e seus resultados, em maior ou menor grau, ampliaram e geraram o consumo de produtos (alguns inexistentes até então, como televisores, eletrodomésticos etc.) que, grosso modo, traziam para o cotidiano das pessoas uma escala nunca antes imaginada de níveis de ciência e de saberes objetivados em produtos. Aquela organização do trabalho, suas mercadorias, com mais ciência agregada, e a própria sociabilidade que se estabelecia entre as pessoas com esses produtos e seus processos, traziam também exigências que não se limitavam aos bens materiais necessários à reprodução imediata da vida. A própria circulação ampliada do capital, atravessada por mercadorias com maior quantidade de tecnologias agregadas, exigia a difusão de mais saberes no cotidiano, tornando-o mais complexo. A organização social do americanismo tornava necessária, ao próprio consumo das mercadorias que ela gerava, a ampliação dos espaços formais de produção e disseminação do conhecimento. O capital necessitava de uma força de trabalho minimamente preparada para incorporar os novos códigos de sociabilidade que a metamorfose do trabalho na sociedade urbano-industrial suscitava. A sociedade da produção e do consumo de massa engendrava um novo modo de vida.

Quanto aos trabalhadores, era do seu interesse uma maior apropriação dos saberes contemporâneos àquela realidade; isso se tornava possível inclusive pela correlação de forças que se estabelecia entre capital e trabalho. A ebulição do movimento operário nas primeiras décadas do século XX, já no contexto da Revolução Russa, fortaleceria a tendência expressa desde a segunda metade do século XIX, de ampliação dos espaços de democracia formal.

No decorrer dos anos 50 e 60 do século XX, o avanço tecnológico e o investimento em pesquisa e desenvolvimento alcançaram níveis nunca imaginados até então. A consolidação do padrão de acumulação fordista em escala mundial trazia em seu bojo os germens de uma nova revolução científico-industrial como a microeletrônica, a tendência de produção e utilização de produtos gerados pela química fina, além de uma explosão da produção e consumo de bens eletroeletrônicos e de automóveis. A ampliação do mercado de bens de consumo duráveis denunciava a elevação dos níveis de renda da classe trabalhadora nos países do núcleo orgânico do capitalismo. Enfim, o capitalismo parecia ter reencontrado o caminho. Com a consolidação do bloco histórico americanista, o Ocidente rico experimentou o que ficou conhecido como a “era de ouro” do capitalismo.

O avanço do americanismo também repercutia, é evidente, no cenário político mundial. Washington apontava o modelo político e econômico a ser seguido, utilizando-se de agentes como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a Organização das Nações Unidas, organismos internacionais que, depois da II Guerra, atuaram diretamente subordinados às políticas exteriores norte-americanas, direcionando suas ações aos países que, após 1945, se alinharam com a hegemonia dos EUA. Quando as vias “legais” se mostravam ineficientes para alcançar os objetivos políticos e econômicos norteados por Washington, nas periferias e semiperiferias do sistema interestatal coordenado pelos EUA, o expediente de golpes militares fomentados pela CIA se tornava rotina, em especial na América Latina. Entretanto, nos anos 1960, o apoio americano às ditaduras militares na América Latina também revelava outro fato importante: a organização produtiva do americanismo já dava sinais de cansaço.

A CRISE

A manutenção das bases de acumulação do americanismo e da hierarquia no sistema interestatal ganha corpo com o próprio crescimento da internacionalização do capital estadunidense nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, nessa última década citada, os obstáculos aos mecanismos de acumulação então praticados não eram inteiramente perceptíveis por conta das guerras em que os EUA se envolveram nesse período, fomentando a demanda para os capitalistas americanos e demais aliados no núcleo orgânico. Ainda assim já se percebia a necessidade de modificações importantes na organização da produção de mercadorias, de modo a fazer frente à concorrência que se acirrava. Isso porque se estabelecia uma rede de relações econômicas internacionais que integraram os sistemas de forma mais ampla, cada vez mais transnacional, destacando-se nas décadas de 50-60, e sobretudo nos anos 1970, o papel das empresas multinacionais.

Em um primeiro momento, essas corporações abrem o mercado mundial ao capital americano nos países recém-descolonizados e na Europa reconstruída. Em seguida, afirmada essa abertura, os espaços econômicos são ocupados, sendo a produção e o comércio intensificados, acarretando uma ótima fase de expansão para essas empresas. Em um terceiro estágio, aquelas corporações procuram limitar a entrada de outras empresas americanas nesses mercados, criando-se um ambiente mais competitivo. Diante do avanço do capital estadunidense, os governos capitalistas da Europa reconstruída se mobilizam contra o que era chamado à época de “desafio americano”, estimulando a ampliação dos mercados para as multinacionais européias. A competição se eleva ainda mais, e competição excessiva não é necessariamente o que convém ao capital: baixa nos preços das mercadorias e alta nas matérias-primas e nos salários quase sempre tendem a acompanhar esse movimento.

A existência de empresas desse tipo não se constituía em novidade. O aspecto novo era a sua maior independência em relação às formas de controle estatal, como também a mobilidade de seu capital no decorrer dos anos 1960. Essas características se acentuam por conta da própria intensificação da multinacionalização em busca de maiores lucros, o que tornavam, até certo ponto, mais frágeis as bases nacionais dessas empresas, contribuindo para que, ao final da década de 60, essas corporações internacionais “sem pátria”

passassem a ver as fronteiras nacionais como um elemento complicador para suas atividades.

O fundamental aqui é destacar que o padrão de acumulação fordista – sustentáculo do industrialismo americanista – conheceu o seu auge de maturidade nos anos 1960, período em que se acirrava a competitividade entre as empresas americanas, européias e, ainda, as japonesas ao redor do mundo. Em meados dos anos 1960, e sobretudo a partir da segunda metade daquela década, as taxas de lucratividade dos capitalistas já manifestavam tendência crescente de queda. Algo não estava indo bem com o industrialismo americanista.

Entre as soluções vislumbradas, estavam a aceleração do circuito do capital, o aumento da produtividade do trabalho e a otimização dos custos. Urgia facilitar a tendência de flexibilização imanente do capital. Os motivos para isso são conhecidos: as contradições do capitalismo geram crises de superprodução cíclicas, dificultando os mecanismos de realização da mercadoria. Para solucioná-las, o capital necessita de flexibilidade para alocar seus investimentos e reorganizar suas bases de acumulação de acordo com as novas condições históricas. Vale dizer: ajustando-se às custas dos trabalhadores, via elevação da produtividade do trabalho.

Em virtude do problema da superprodução, as empresas se viram com um grande excedente inutilizável, levando-as a buscar uma maior racionalização dos custos e processos de trabalho. No campo político, o “compromisso fordista” e sua respectiva relação salarial eram postos em xeque, seguindo-se, nas décadas posteriores, um conturbado período de reestruturação econômica, reajustamento social e político nos anos 1970 e 1980.⁴ Conheceu-se então uma fase em que foram sendo implementadas novas estratégias de superexploração dos trabalhadores e de derrubada de

⁴ A repercussão do padrão de acumulação flexível no Brasil só ocorre após a deflagração da estratégia de retomada da hegemonia americana no final dos anos 70, que mergulhou mais uma vez o mundo capitalista em uma séria recessão. Internamente, a queda de braço entre as frações de classe neoliberais e desenvolvimentistas se estende até as vésperas da Constituinte, embora, já em 1987, os neodesenvolvimentistas, simbolizados no Governo pela equipe de Dilson Funaro, já perdessem um espaço importante diante dos insucessos do Plano Cruzado. O neoliberalismo tardio no Brasil – frente aos outros países latino-americanos – e as permanências de quadros desenvolvimentistas ainda na segunda metade dos 80 se deve à própria temporalidade da eclosão da crise do capital no Brasil que foi “retardada” pela estratégia estatal de manter a demanda na economia quando a crise se manifestava na conjuntura mundial de meados dos anos 70. Nos anos 80, a crise do capital se manifesta crescentemente no país, adentrando de forma marcante nos anos 90, pavimentando os caminhos para a hegemonia neoliberal (BOITO JR., 1999, p. 11; CASTRO; SOUZA, 1985).

conquistas que estes haviam acumulado ao longo do século XX. A concretização dessas estratégias encontraria fortes obstáculos no núcleo orgânico do capitalismo, sobretudo por conta do nível de democracia alcançado naqueles países. Seria muito difícil dobrar, ali, uma classe trabalhadora fortalecida, ao menos no âmbito econômico-corporativo. Um outro problema seria o de se encontrar uma forma adequada de diminuição das estruturas de bem-estar social, solidamente presentes, ainda naquele período, no estilo de vida dos países do Hemisfério Norte. Esses objetivos viriam a ser perseguidos mesmo no núcleo orgânico do capitalismo mundial. Mas, naquela conjuntura, seria mais fácil para os EUA, simbolizando os interesses do grande capital internacional (hegemonicamente ainda americano), apontar os seus “chicotes” para seus aliados do então Terceiro Mundo.

Como já mencionamos, as ditaduras militares seriam um instrumento muito bem utilizado pelos EUA, e seus partidários locais do desenvolvimentismo associado, para abrir ainda mais a América Latina às novas exigências de acumulação do núcleo orgânico. A classe trabalhadora e os movimentos sociais progressistas, bem como os nacionalistas, foram vergados para que o capital vinculado aos interesses americanos pudesse dar curso às estratégias locais de superexploração. Seguindo essa tendência, a ditadura militar, iniciada no Brasil em 1964, “conformou” melhor a realidade do país aos interesses do capital estadunidense, uma vez que, nos primeiros anos da década de 60, as ambigüidades geradas pelo populismo, que jogava com os interesses das massas e da própria burguesia (IANNI, 1974), impunham obstáculos para que se colocassem em prática os rearranjos necessários à exacerbação dos níveis de exploração do trabalho. A reação conservadora no Brasil serviu aos objetivos de internacionalização das atividades produtivas do núcleo orgânico. Em razão das condições políticas nos países periféricos, as atividades industriais não teriam que ser necessariamente “flexibilizadas” ou “repensadas” de forma mais refinada, supondo acordos e possíveis concessões para a classe trabalhadora organizada. Isso não impediu que, no início dos anos 1970, a crise do bloco histórico americanista se anunciasse mais fortemente nos países industrializados do Hemisfério Norte, particularmente em sua dinâmica produtiva, o que, do ponto de vista da acumulação capitalista, já vinha sendo percebido desde meados da década de 60. Isso ocorre em um ambiente de elevação da competitividade no núcleo orgânico, que se combina

posteriormente com o acirramento da internacionalização do capital e com a superexploração nas periferias e semiperiferias do capitalismo. Esse fenômeno se entrelaça com o próprio surto industrializante que alcançou o Brasil no mesmo contexto, haja vista que uma característica intrínseca ao capitalismo é a tendência de ocupação de novos espaços que possibilitem a manutenção das taxas de valorização do capital. Por conta da crise de superprodução, o excedente de capital americano e dos outros países do núcleo orgânico já não encontrava tão facilmente possibilidades de se valorizar nos locais em que, desde o pós-guerra, isso vinha ocorrendo: EUA, Europa e Japão. A recuperação da Europa Ocidental e Japão já havia se completado, seus mercados internos estavam saturados e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha que começar. Some-se a isso o fato de a produção fordista retirar um número cada vez maior de trabalhadores da produção industrial, anunciando um elevado grau de maturidade organizacional e tecnológica. No mesmo período, os EUA compensavam a queda na demanda utilizando-se dos gastos militares, da Guerra do Vietnã e das políticas anticíclicas do Estado de Bem-Estar Social. Mas, segundo Harvey (1992, p. 135),

a queda da produtividade e da lucratividade corporativas depois de 1966 marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação, o que começou a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável.

Em meio à elevação da competitividade, os preços dos produtos caem nos países da OCDE, não proporcionalmente aos salários. Segundo Arrighi (1996, p. 314-315):

mais rápido do que em todas as fases anteriores de expansão material da economia mundial capitalista, o crescimento exponencial dos investimentos na produção e no comércio intensificou as pressões competitivas sobre os principais agentes da expansão [...]. Essa intensa transnacionalização do capital (norte-americano e não norte-americano) ocorreu no contexto de pressão altista igualmente intensa nos preços de compra dos insumos primários. Entre 1968 e 1973, a principal manifestação dessa pressão foi o que E.H. Phelps Brown habilmente denominou de a “explosão dos salários”. Os salários reais na Europa Ocidental e na América do Norte haviam tido uma alta durante as décadas de 1950 e 1960. Mas, antes de 1968, eles haviam subido mais devagar do que a produtividade da mão-de-obra (na Europa Ocidental) ou *pari passu*

com ela (nos Estados Unidos); subiram muito mais depressa entre 1968 e 1973, contraindo de forma significativa os lucros do capital investido no comércio e na produção.

Os “choques do petróleo”, entre 1970 e 1974, comprometeriam ainda mais as bases de acumulação do sistema. Isso já era um sinal do enfraquecimento do que se poderia chamar de “modelo americano”, que se via frente às contradições da própria dinâmica capitalista. A expansão na internacionalização do capital seria mais uma forma de tentar resolver tais contradições. O objetivo da expansão do capital era aproveitar as chamadas “vantagens comparativas” como, por exemplo, a ausência de direitos sociais formalmente reconhecidos no núcleo orgânico, o desrespeito aos contratos de trabalho e a tutela militar, que asseguravam melhores condições de exploração na parte do globo que, à época, recebia a denominação de “Terceiro Mundo”. Sob a ideologia da modernização, aqueles países receberam uma safra importante de investimentos estrangeiros diretos, tendendo a se adequar às demandas do capital internacional. As ditaduras militares que proliferaram na América Latina, naquele momento, dão uma noção da brutalidade que caracterizou aquela “adequação”.

No entanto, as crises manifestadas na primeira metade dos anos 70 arrefeceram um pouco o ímpeto das políticas desenvolvimentistas na América Latina. O enfraquecimento da economia americana levou os países de sua área de influência mais direta a um ajuste recessivo, inclusive por conta da crise de superprodução no núcleo orgânico. A necessidade de desvalorização do capital impôs ao mundo capitalista uma forte deflação entre 1973-1975. No caso brasileiro, a opção adotada pelo Governo Militar foi – diante do enfraquecimento do setor privado – a de continuar fomentando demanda na economia por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) como forma de barrar a crise. Foram mantidos os gastos em infraestrutura e assegurada a continuidade dos investimentos pesados que haviam sido feitos no país no momento anterior à crise, investimentos de baixa lucratividade inicial e que necessitavam de longo período de maturação para se tornarem viáveis. O objetivo mais amplo era “cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 30; 37-38). Essa estratégia manteve o otimismo na fase do chamado “milagre econômico” no Brasil, quando o capitalismo já se encontrava em crise estrutural,

nos estertores do padrão de acumulação do americanismo – nos anos 1980 e 1990, as políticas desenvolvimentistas se enfraqueceriam na pauta dos governos latino-americanos que aderiram à agenda neoliberal.

Em meio ao cenário pouco favorável, os grandes conglomerados industriais aprofundam a descentralização da produção de países em que as conquistas dos trabalhadores eram significativas – em função dos altos salários e de um forte sistema previdenciário mantido pelo Estado – para nações da periferia e semiperiferia capitalista. Nestes locais, a mão-de-obra custava menos, a organização do movimento operário encontrava-se mais enfraquecida, e suas fronteiras e economias revelavam-se menos protegidas contra as transferências intra-empresas, que se avolumavam como forma de transferência de riqueza. Estas nações mostravam-se também mais favoráveis ao movimento do volátil capital financeiro internacional que, nas grandes empresas multinacionais, passava a se combinar com as atividades propriamente produtivas. Essas “vantagens comparativas”, tão caras à burguesia industrial, começaram a pesar cada vez mais na localização das empresas multinacionais, uma vez que a crise acentuava o risco de não se obter um retorno vantajoso para o capital investido. Outro elemento importante a ser considerado nesse período é o fato de que o capital formado nos anos de *boom* econômico se tornava cada vez mais independente dos mecanismos de controle dos Estados Nacionais após o fim dos acordos de Bretton Woods, entre 1968 e 1971, já por conta do quadro de risco sistêmico. O jogo com as *hautes finances* nos mercados *offshore* revela-se mais uma vez uma alternativa lucrativa. A desregulamentação das finanças e dos mercados passa a ser cada vez mais demandada pelo grande capital. É nesse momento que as fronteiras nacionais e os “limites” impostos pelo Estado social-democrata, com sua presença forte no planejamento e nas questões do mercado, são ainda mais estigmatizados como obstáculo ao capital que começa a volatilizar-se na ciranda financeira.

Em síntese, as mudanças no bloco histórico evidenciavam uma crise orgânica do capital. No campo econômico, o regime de acumulação taylorista-fordista começava a dar mostras de estagnação no que se refere à manutenção das taxas de lucro do período anterior a meados da década de 60 e início da década de 70, acompanhada por uma alta dos salários. Na esfera política, a correlação de forças que se configurava começava a redefinir as bases institucionais do próprio padrão de acumulação vigente. No âmbito social e

cultural, o estilo de vida característico daquele bloco histórico também se encontrava sob forte questionamento, como bem simbolizaram os movimentos iniciados na França em maio de 1968 e a emergência do pós-modernismo. Nesse mesmo período, a tecnologia eliminava cada vez mais os postos de trabalho, embora isso não fosse percebido com muita gravidade em função das reverberações que ainda se faziam sentir do grande crescimento econômico da “era de ouro”.

Um dos aspectos dessa nova crise foi a recorrente queda nas taxas de lucratividade do capital. Em paralelo à alta dos salários e dos insumos de produção, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a baixa dos preços compromete as taxas de mais-valia expropriadas pelo capital e, com elas, a competitividade das empresas norte-americanas, sobretudo quando novas formas de organização da produção passam a ecoar do Leste asiático. Esse conjunto de fatores econômicos vem contribuindo para que, desde a década de 70, os padrões organizacional e social da produção material com base no fordismo e no americanismo percam a validade enquanto pressupostos de acumulação. O resultado disso tem sido a crescente perda do mercado mundial por parte das multinacionais estadunidenses para o capital japonês, que vem se estruturando sobre um padrão de acumulação mais flexível. Durante os anos 1970 e, sobretudo no decorrer dos anos 1980, essa realidade revelou-se um fato concreto não só para o capital norte-americano como também para o resto do mundo. O Japão ultrapassou os EUA, tanto do ponto de vista da produtividade industrial e da ampliação comercial quanto do ponto de vista do capital financeiro. A “boa” fase do capitalismo americano não nos faculta eclipsar esse fato. A atual fase dos EUA resulta de uma estratégia bem sucedida, posta em prática sobretudo a partir de meados dos anos 1980, de reafirmação de sua hegemonia mundial via financeirização e, nos anos 1990 e início do século XXI, mediante o fortalecimento de sua presença militar no sistema interestatal. Simboliza mais um daqueles “momentos maravilhosos” que, na história do capitalismo, ocorreram entre as crises sinalizadoras e a crise final de um determinado padrão de acumulação. Os resultados duradouros dessa estratégia são questionáveis, tendo em vista as bases sobre as quais se sustenta e o fato de que seu aspecto militar denuncia o enfraquecimento da hegemonia norte-americana, sobretudo após o “racha” do bloco imperialista por ocasião da invasão do Iraque. O regime de acumulação norte-americano se encontraria,

portanto, em processo de desintegração. Assim, as estratégias de retomada da hegemonia americana, postas em prática a partir da era Reagan, mais aprofundaram do que solucionaram as crises sinalizadoras dos anos 1970. A explosão da financeirização no exterior, particularmente em Londres, resultante da expansão do regime de acumulação fordista, enfraqueceu as bases nacionais do capital americano, evidenciando uma crise sinalizadora da potência dominante, deixando momentaneamente o cenário mundial sem pólo hegemônico, no que se trata da capacidade de um país determinar uma ordem financeira para o resto do mundo capitalista (capacidade de *seignorage*), e desestabilizando a ordem monetária mundial do pós-guerra:

uma vez que, nessa época, as empresas americanas eram provavelmente os depositantes mais importantes do mercado de eurodólares, a explosão deve ser atribuível a alguma mudança nas condições de auto-expansão dessas empresas (ARRIGHI, 1996, p. 314-315).

Soma-se a isso o citado acirramento da competitividade e os choques do petróleo, que contribuíram para desestabilizar ainda mais os lucros das empresas americanas. Em síntese, partes significativas da capacidade produtiva americana foram canalizadas para a ciranda financeira fora do território estadunidense, implicando o ressurgimento das *hautes finances* como reguladora do dinheiro mundial. Cabia então a Washington reaver a centralidade hegemônica, desta vez privilegiando o campo financeiro, concentrando a oferta de liquidez mundial. Assim, segundo Arrighi (1996), “como não havia alternativa viável para o dólar como principal moeda de reserva e meio de troca internacional, o abandono do padrão de câmbio ouro-dólar resultou na criação de um puro padrão dólar” em um sistema de taxas de câmbio flexíveis. A partir desse momento, já estava claro que a capacidade norte-americana não se encontrava mais na produção, mas na tradição da sua moeda que, no limite da fetichização, simbolizava algo que não mais existia no campo da produção de mercadorias; bastava apenas emitir dólares em um contexto de política monetária mais frouxa por parte do Banco Central americano. Na verdade, a lógica se inverte. Nos anos 1970, as empresas americanas aproveitaram-se da posição do dólar para se expandir e fazer frente à competição japonesa e européia, particularmente a alemã, favorecida pela depreciação do dólar em virtude da política de oferta monetária americana. Mas, a capacidade de ação do governo americano não era ilimitada. Na ausência

de taxas de câmbio fixas e de uma regularidade cambial nas transações do dólar com outras moedas, o risco se acentua para as corporações e para os governos nacionais, incentivando ainda mais o processo de circulação mundial do capital financeiro e o crescimento explosivo dos mercados *offshore*. A oferta de capitais no mercado financeiro impulsionou ainda a transnacionalização das empresas estadunidenses, ou seja, a política monetária americana tentava incitar o capital a manter a expansão da economia mundial centrada nos EUA. Mas, em última instância, a ciranda financeira minava os privilégios de *seignorage* dos EUA, uma vez que a competição acirrada pelos mercados e recursos mundiais, bem como a oferta privada de dólares no mercado de eurodivisas, livrou um número cada vez maior de países das restrições no balanço de pagamentos. A estratégia americana para reafirmar sua hegemonia foi a diplomacia do dólar forte, posta em prática com a reação liberal conservadora do governo Reagan, iniciando a atual *belle époque* americana. O fundamental de toda essa lógica é o deslocamento das atividades de produção e troca para as atividades financeiras, sinalizando a possibilidade concreta do fim de um determinado ciclo de acumulação.

No caso japonês, a estratégia americana refletiu-se no enquadramento do iene que, no Leste asiático, implicou, contraditoriamente, a consolidação da rede de subcontratação e descentralização industrial com base no capital japonês, fortalecendo economicamente os interesses nipônicos e elevando a competitividade da região em relação aos EUA e Europa. Surge no Japão um novo paradigma organizacional e tecnológico, que está na base da tendência atual de enfraquecimento da hegemonia do industrialismo americanista.

Desde então o recurso à flexibilização vem caracterizando formas contemporaneamente utilizadas pelo capital para manter seus níveis de acumulação, abalados com a crise do regime de acumulação fordista. Em maior ou menor grau, essa nova tendência tem perpassado todos os níveis de organização da produção material, em algumas regiões de forma mais profunda do que em outras. Apesar dessas variações, há consenso entre os analistas no que se refere à tendência desse padrão de acumulação flexível em afirmar-se como lógica do capitalismo contemporâneo, na medida em que seus avanços no campo da produtividade não possam mais ser descartados.

Embora possa parecer, não é a esfera econômica que por si só explica os contornos do novo bloco histórico que, do nosso ponto de vista, se constitui. No plano cultural, político e ideológico, o pós-modernismo, em conjunto com o neoliberalismo, nos anos 1990 (sobretudo no Ocidente) vem cimentando uma sociabilidade ultra-individualista, conformando ainda as relações de produção flexibilizadas.

De todo modo, compreender como surgem essas novas estratégias de organização da produção material, e qual o seu papel, é de fundamental importância para a reflexão aqui esboçada. De forma breve, tentaremos comentar como essa lógica de acumulação se origina no seio das grandes corporações japonesas como alternativa às bases técnico-organizacionais do americanismo. Em seguida, trataremos da estratégia americana para reafirmar sua hegemonia.

ALTERNATIVAS ÀS BASES DE ACUMULAÇÃO DO AMERICANISMO E A ATUAL ESTRATÉGIA DOS EUA

Logo ao final da II Guerra Mundial, o Japão não se constituía em prioridade no processo de reconstrução promovido pelos EUA. Antes da eclosão da Guerra Fria, o objetivo americano era, inclusive, dismantelar o poderio militar japonês. Entretanto, os conflitos que se sucederiam na Ásia e a Guerra Fria mudariam a posição dos EUA.

Um dos aspectos fundamentais para se compreender a posição japonesa na atual fase do capitalismo, particularmente nos anos 1980 e 1990, é a reconstrução promovida pelo “Plano Marshall japonês”. O Japão emergiu combalido da II Guerra Mundial, com seu parque industrial arruinado pelos bombardeios seletivos dos aliados. Entretanto, seu enfraquecimento econômico revelava-se extremamente perigoso para os interesses americanos no Sudeste asiático à proporção que ficava clara uma nova configuração do poder em escala mundial, o que levou os EUA a iniciar prontamente um programa de investimentos maciços naquele país, sobretudo no decorrer da Guerra da Coreia.

Isso ocorria porque, em primeiro lugar, uma vez desenhadas as linhas da Guerra Fria, o Japão representava para os EUA uma posição estratégica no teatro de operações do Oceano Pacífico e em áreas próximas à URSS.

Em segundo lugar, o desenvolvimento do Japão poderia significar uma barreira de contenção aos interesses da China no Leste asiático, sobretudo na década de 60. Pode-se considerar que o Japão foi um beneficiário privilegiado da correlação de forças do II pós-Guerra.

As encomendas americanas durante a Guerra da Coreia e, posteriormente, a Guerra do Vietnã, impulsionaram o desenvolvimento industrial japonês, estendendo as fronteiras do capitalismo na região Nordeste do Pacífico até 1980. Depois de garantir a recuperação industrial japonesa, os norte-americanos passariam a reivindicar a inclusão do Japão no GATT. Nesse período, enquanto os EUA e a Europa Ocidental investiam pesadamente – e deficitariamente – em armamentos, o capitalismo no Sudeste asiático ia tomando uma dimensão própria. Os acordos políticos com seus alçózes da II Guerra contribuíram para que os capitalistas japoneses se preocupassem apenas com os lucros, fortalecendo inclusive o seu sistema financeiro. Os EUA tentariam ainda reaproximar o Japão de países como a Coreia do Sul e Formosa, visando suprimir antigos ressentimentos causados pelo colonialismo japonês (o que minaria a influência comunista naqueles países), abrindo as portas dos antigos inimigos ao comércio e investimentos japoneses. A esse respeito, diz Arrighi (1996, p. 354):

Sob hegemonia norte-americana, sem nenhum esforço, o Japão obteve a hinterlândia econômica que tanto lutara por obter através da expansão territorial na primeira metade do século XX, e que acabara perdendo na catástrofe da Segunda Guerra Mundial. A rigor, o Japão ganhou muito mais do que uma hinterlândia econômica no leste asiático. Por intervenção do Governo dos Estados Unidos, foi aceito no GATT e obteve um acesso privilegiado ao mercado norte-americano e aos gastos militares ultramarinos dos Estados Unidos. Além disso, o governo norte-americano tolerou um fechamento administrativo da economia japonesa à iniciativa privada estrangeira que teria levado qualquer outro governo a ser colocado entre os inimigos do mundo livre na cruzada da Guerra Fria.

Como destacamos anteriormente, essas iniciativas representavam a política estratégica dos EUA na região, que previa também o barateamento dos suprimentos de guerra mediante a importação de produtos japoneses. A despeito dos elevados superávits comerciais com os EUA e com a Europa, até a década de 1970 o Japão fez parte do que tem sido denominado “desenvolvimento a convite” (MEDEIROS, 1997, p. 316-323). Durante os “anos dourados” do capitalismo, no século XX, o Japão foi “convidado” a ingressar

no seletivo grupo de países pertencentes ao núcleo orgânico, se bem que na condição de ator passivo diante das regras do jogo que, ainda assim, lhes eram bem vantajosas.

Durante os “trinta anos gloriosos”, a competição interestatal se dava basicamente entre os EUA e os países ricos da Europa, ficando o Japão resguardado, enquanto os norte-americanos pressionavam outros países a se abrirem à expansão japonesa. Contraditoriamente, nesse processo, a estrutura produtiva japonesa tornava-se uma ameaça crescente ao núcleo orgânico tradicional, particularmente para os EUA. Quando o ciclo de acumulação fordista começa a entrar em crise, sobretudo nos anos 1970, as coisas se invertem: os EUA passariam a pressionar o Japão para que abrisse suas fronteiras aos capitais e comércio estrangeiros. A valorização do iene seria uma forma de materializar esse objetivo. Nesse momento, há também uma reaproximação dos norte-americanos com a China e o fim, no mesmo período, dos conflitos dos EUA na Ásia com os acordos de Paris de 1973. O Japão se enfraquece, em seu papel estratégico, e os americanos tentam lhe fechar a porta do “clube dos ricos”; mas o Japão já era um deles, figurando como competidor dos EUA e germinando possivelmente um novo regime de acumulação. Como nos fala Arrighi (1996, p. 356), “a crise de superacumulação impulsionou o capital japonês por uma via de expansão transnacional que logo iria revolucionar toda a região do leste asiático e, quem sabe, antecipar a eventual superação do regime de acumulação norte-americano”.

O próprio americanismo gerou elementos de sua possível antítese. Mais uma vez um padrão de acumulação dominante alcançava seu nível ótimo de maturidade ao mesmo tempo em que trazia, em sua esteira, uma nova organização das forças produtivas. O *hegemon* norte-americano começa a perder espaço para o sistema de produção japonês. Todas as estratégias de enquadramento dos EUA sobre o Japão se converteriam, dali por diante, no aprofundamento da reorganização produtiva liderada pelos japoneses no Leste asiático. Vejamos em que consistiu essa reorganização.

Um aspecto típico do capitalismo japonês é a subcontratação multiestratificada. Embora, na década de 70, vários sistemas com essa natureza tenham se expandido pelo mundo, o sistema de subcontratação japonês, que se ampliou nos anos 1970 e 1980, tem características específicas. Arrighi (1996) destaca quatro principais.

Em primeiro lugar, a indústria japonesa tende a basear-se em uma estrutura mais descentralizada de produção do que as empresas de outros países capitalistas. Constitui-se em várias camadas estratificadas de subcontratantes primários diretamente subcontratados do estrato superior, subcontratantes secundários que subcontratam dos subcontratantes primários e, assim, sucessivamente até se chegar à cadeia inferior, composta de uma grande massa de casas que subcontratam operações simples. Todos são formalmente independentes, mas formam uma intrincada rede que abastece as grandes empresas japonesas – empresas redes (CASTELLS, 2000, p. 179) –, muito maior do que as redes montadas pelas empresas americanas e européias. Isso fez com que,

em 1973, entre os grandes fabricantes de automóveis o valor adicionado bruto dos veículos acabados foi de 18% no Japão, 43% nas “três grandes” dos Estados Unidos e 44% na Volkswagen e na Mercedes Bens na Alemanha [...]. A maior dependência de fontes externas, por sua vez, foi o mais importante fator isolado a permitir que a Toyota Motor Corporation produzisse 3,22 milhões de automóveis em 1981, com apenas 48 mil empregados, enquanto a General Motors precisou de 758 mil empregados para produzir 4,62 milhões de carros (ARRIGHI, 1996, p. 356).

Em segundo lugar, as redes de subcontratação japonesas são bem mais estáveis e eficazes do que as americanas e européias. Nos EUA e Europa Ocidental, os subcontratantes têm que renegociar com outros subcontratantes com mais frequência e sob maior pressão competitiva. Fica assim mais complicada a cooperação entre as jurisdições organizacionais das empresas integradas na rede de subcontratação com vistas a alcançar uma meta comum, como, por exemplo, alta qualidade e preços mais baixos. No Japão, essa relação é encarada e idealizada como uma relação “familiar” entre empresas matrizes e filiais subcontratadas, formando as *Keiretsu*. A cooperação entre firmas é tão estreita que, à primeira vista, fica difícil fazer uma distinção entre elas. Algumas companhias fornecedoras localizam-se dentro da própria matriz, sendo a empresa menor administrada por ex-funcionários da maior ou, às vezes, equipamentos da empresa menor são fornecidos, em vendas de segunda mão, por seu principal cliente. Para Arrighi (1996, p. 357), “esses arranjos de cooperação entre matrizes e subcontratadas são reforçados por arranjos entre as próprias matrizes, sob a forma de acordos de comércio semipermanentes e de propriedade intergrupala das ações”.

O objetivo desse controle vertical do sistema é facilitar a obtenção e distribuição de insumos nas redes de subcontratação, evitar aquisições indesejadas de empresas e assegurar que as diretorias se concentrem nos rendimentos em longo prazo (contando para isso com grandes bancos dentro dos grupos afiliados), e não na lucratividade em curto prazo. Por trás dessas redes, encontram-se ainda as *sogo shosha*, grandes empresas de comercialização.

Em terceiro lugar, o sistema multiestratificado propicia às empresas japonesas uma maior integração, o que lhes permite se beneficiarem das diferenças salariais e dos custos de outros insumos, reproduzindo a lógica desejada na remuneração do esforço entre os diferentes segmentos e camadas da força de trabalho. O fim é minimizar a concorrência entre pequenas e grandes empresas no mercado de trabalho, o que conduz a estratégias de discriminação de grandes setores da força de trabalho – como as mulheres – destinados a formar um exército para ser superexplorado nas camadas inferiores do sistema.

Em quarto lugar, esse sistema japonês de subcontratação multiestratificado desenvolveu-se internamente (como ocorreu com o fordismo nos EUA), sendo depois expandido transnacionalmente. Com base no esquema dos “gansos voadores” (MEDEIROS, 1997),⁵ os nichos produtivos de menor valor adicionado espalham-se por todo o Leste e Sudeste asiáticos, de acordo com a abundante oferta de mão-de-obra barata e competitiva nessas regiões do globo, ampliando essa expansão de acordo com as restrições econômicas impostas pelo Ocidente. Conta-se, ainda, como um dos determinantes para essa realocização, a ausência de operários mais organizados em termos classistas ou com um significativo leque de conquistas como, por exemplo, altos salários. A ausência desses aspectos facilitaria tanto o aprofundamento da exploração do trabalho como a implantação de uma cultura do trabalho, naquelas regiões, que se diferenciava daquela que se verificava no Ocidente.

⁵ De forma simplificada, essa conceituação baseia-se no seguinte: em uma determinada região, há o país industrialmente mais avançado e os que não se encontram naquele estágio de industrialização, particularmente no que se refere às atividades tecnologicamente mais avançadas. Buscando elevar sua competitividade no mercado internacional, o país hegemônico descentraliza e realocaliza a sua indústria repassando tecnologia – em parte, já que o monopólio das tecnologias de última geração ainda fica no país hegemônico – e financiando a implementação de parques produtivos nos países periféricos, desde que eles ofereçam vantagens comparativas para seu capital industrial. Assim, o país hegemônico não concorrerá com os periféricos pelos mercados mundiais destinados aos produtos produzidos no processo de descentralização e realocização industrial. O país hegemônico estabelecerá

De acordo com Arrighi, Barr e Hisaeda, por um lado, é cedo demais para dizer que tipo de sistema dominante de empresas se afirmará a partir dessa tendência muito diversificada, a qual eles chamam de “concentração sem centralização”; porém, por outro lado,

podemos esperar, com certa confiança, que tal sistema dominante se caracterize por maior informalidade e coordenação mercadológica do que o sistema de empresas verticalmente integradas e burocraticamente administradas que se tornou dominante sob a hegemonia norte-americana (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 158).

Esse “modelo” constitui o tão discutido “padrão de acumulação flexível”. Apresenta-se como um macro sistema de organização em nível capilar, ao qual se soma a flexibilização tecnológica de base microeletrônica. Em funcionamento no Japão desde a década de 1960, esse padrão vem surgindo como alternativa à dimensão tecnológica e organizacional do americanismo. Para Harvey (1996, p. 140):

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Esse sistema “internalizou”, de forma bem mais eficiente, a tendência de queda nas taxas de lucro verificadas no final dos anos 1960, expandindo-se pelo Leste asiático e contribuindo para dar início ao “milagre econômico” da região nos anos seguintes, enquanto no Ocidente o industrialismo americanista entrava em crise. A expansão japonesa no Leste e Sudeste asiáticos

seu quinhão com produtos de altíssima tecnologia e alto valor agregado; e os periféricos, produtos de segunda geração, por assim dizer. Estabelece-se também um forte comércio intra-regional liderado pelo país hegemônico (a produção atende ao mercado interno e externo), o que contribui também para o acesso ao crédito internacional. Um exemplo disso foi o que ocorreu na Ásia com a relação estabelecida entre o Japão, os “Tigres Asiáticos” e a China, quando nos anos 80, em reação às restrições comerciais impostas pelos EUA (dentro de uma estratégia de reordenamento da economia mundial visando à retomada/reafirmação de sua hegemonia), os japoneses deram curso a tal processo de descentralização e realocação industrial, com base na flexibilização de subcontratações etc., buscando vantagens relativas no Sudeste asiático, elevando assim seu potencial competitivo nos mercados da Europa e EUA. Em tese, todos avançam sob a direção do país mais desenvolvido, daí a simbologia com os gansos voadores. No caso latino-americano o ganso líder, os EUA, vem voando ao contrário.

se aprofunda após as tentativas bem sucedidas de enquadramento do iene, efetuadas pelos EUA, sobretudo a partir de meados dos anos 80, forçando a valorização crescente da moeda japonesa frente ao dólar. Essa estratégia americana, se não tem sido a causa principal da crise financeira vivenciada pelo Japão nos anos 1990, tem contribuído decisivamente para isso (MELIN, 1997).

Apesar da crise financeira japonesa e da reafirmação da hegemonia americana, após os Acordos do Plaza em 1985, que vêm submetendo o mundo capitalista à diplomacia do dólar forte apregoada pelo chamado “Consenso de Washington”, o sistema flexível de produção japonês já provou sua superioridade sobre o sistema taylorista-fordista. É também importante destacar que, de todos os países submetidos pela estratégia americana de reafirmação hegemônica, o Japão é aquele que mais possui capacidade de manobra e, em última instância, a “queda de braço” entre EUA e Japão neste campo está longe de se encerrar. Apesar dos atuais sucessos dos norte-americanos, pesquisadores afirmam que ainda é cedo para ter certeza se dessa luta advirá uma *pax* americana ou japonesa. Uma coisa é certa: até o momento, os limites de acumulação do fordismo estão colocados, e a possibilidade de sua superação pelo “modelo” japonês é um fato concreto.

A saída atualmente adotada pelos EUA, frente aos problemas de produtividade do americanismo, tem sido submeter os rivais por meio das *hautes finances* e, mais recentemente, através do recurso à guerra. Isso acaba tornando o mundo capitalista refém dos EUA: sob pena de desequilibrar ainda mais o sistema em âmbito mundial, todos acabam por sustentar a bolha americana por um tempo indeterminado, o que, de certa forma, vem conservando a *belle époque* americana desde finais dos anos 1990.

Pesquisas empíricas relativas aos ciclos de longa duração do capital mostram que a chamada *belle époque* seria uma fase áurea que precede crises terminais dos ciclos sistêmicos (ARRIGHI, 1996; ARRIGHI; SILVER, 2000). No tempo dos ciclos sistêmicos (cerca de um século), ela não tem sido a fase mais longa. Tal período seria fruto mais dos excedentes financeiros gerados em uma longa fase de acumulação, canalizados para a potência hegemônica (fruto dos seus poderes de *seignorage*), do que pelas possibilidades produtivas (relativas a um determinado padrão de organização do trabalho) dessa mesma potência. Assim, contraditoriamente, essa fase áurea simboliza, no sistema interestatal,

uma fase terminal dos ciclos sistêmicos de acumulação hegemônico por um determinado país, que vem durando cerca de um século. O ciclo sistêmico norte-americano, que substituiu o ciclo inglês e tornou-se hegemônico ao longo de todo o século XX, teve início após a Grande Depressão do final do século XIX, 1873-1896. A atual e impressionante boa fase americana teve início com a era Reagan, nos anos 1980, e já começa a dar sinais de cansaço com a desaceleração da sua economia na virada do milênio. A substituição do ciclo sistêmico, no entanto, encontra-se em aberto, pois, apesar do padrão de acumulação flexível japonês (que se enraizou pelo Sudeste asiático) ter demonstrado ser um sistema de produção mais avançado do que o padrão taylorista-fordista americano, ainda são os EUA quem detêm o poder militar e hegemônico. Alguns observadores têm sustentado que, nos próximos trinta ou cinquenta anos, a China pode vir a se constituir na grande potência mundial (vermelha?). Mas é oportuno lembrar que os capitais japoneses têm contribuído decisivamente para o crescimento da economia chinesa. O que podemos dizer a respeito é que, apesar das tendências apontadas, é arriscado vaticinar um desfecho para tais eventos.

De todo modo, a atual fase beligerante dos EUA demonstra um recurso tendencialmente utilizado pelo bloco no poder no seio das potências hegemônicas, na tentativa de reafirmação de sua posição por ocasião das fases terminais de seus ciclos de acumulação, ou quando se vêem ameaçadas em sua posição de líder econômico no sistema interestatal. Isso tem contribuído para os EUA criarem um clima de fomento à guerra, combinado com o incentivo a uma sociabilidade pautada no medo e na agressividade. A força das armas ajuda muito os EUA a se afirmarem como ponto de equilíbrio na “luta pela paz” em um mundo cada vez mais instável e perigoso. Contraditoriamente, o bloco no poder que se constituiu no Governo Bush mostra que, na verdade, eles necessitam de um mundo assim. A aurora sombria do século XXI denuncia o que poderá vir pela frente.

THE USA AND THE AMERICANIST HISTORICAL BLOCK: HEGEMONY, CRISIS AND RE-COMPOSITION STRATEGIES

ABSTRACT

The historical block led by the USA, which started during World War II, provided a great impulse to the capitalist accumulation until the beginning of the 1970 decade, when a new

cycle of crisis begins, affecting the hegemony of Americanism. Ever since, a change in the strategies of social organization of the production is verified, with important transformations in the politics, in the culture, in the sociability, as well as in the correlation of forces in the interstate system. Especially in the 80s and 90s, it was observed that the USA implemented new forms of re-affirmation of its hegemony in the world sphere, especially in relation to financial resources for the war.

KEY-WORDS: *Capitalism. Historical Block. North American Imperialism.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial.** Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.

BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** v. I. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. de. **A economia brasileira em marcha forçada.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHESNAIS, J. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

FERRAZ, C. L. **Metamorfose do industrialismo no Estado da Bahia: Estado, produção e formação humana.** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niterói, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, H. S. (Org.). **O “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1993.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MEDEIROS, C. Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Org). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

MELIN, L. E. O enquadramento do iene. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Org). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 347-382.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PRZEWORVSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1966.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T.; ROOS, D. **A máquina que mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.